

RELATÓRIO Nº 10, DE 1990-CN

Da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, criada pela Resolução nº 6, de 1989, para "apurar a extensão e a profundidade das denúncias, graves e documentadas, constantes do livro 'A Fundação Roberto Marinho', de Romero Machado."

RELATÓRIO

Por força da Resolução nº 6, de 1989, do Congresso Nacional, foi criada e designada, no dia 26 de junho passado, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição Federal (por equívoco, o texto da Resolução remete ao artigo 37) e no artigo 20 do Regimento Cômum, com o objetivo precípua de "apurar a extensão e a profundidade das denúncias, graves e documentadas, constantes do livro 'A Fundação Roberto Marinho', de Romero Machado (...), que também envolvem todo o Sistema Globo de Rádio e Televisão, bem como alguns ministérios, além das suas causas, responsabilidades, implicações e conseqüências."

Conforme se observa, a motivação dos signatários, à frente o Eminentíssimo Deputado Paulo Ramos, do Partido Democrático Trabalhista, do Rio de Janeiro, fora a edição e a publicação do livro acima referido, naquilo que narra e denuncia, e não quaisquer outras fontes indiciadoras de fatos que também justificassem a criação da aludida Comissão.

Desse modo, cabe-me buscar ser fiel no cumprimento do texto da Resolução nº 6, de 1989, do Congresso Nacional, atendo-me às suas determinações e, assim, tão-somente, ao conteúdo da publicação.

Paralelamente ao Requerimento que deu origem à criação da CPI, outras ações legislativas foram levadas a efeito, na mesma direção, principalmente pela aprovação de Requerimentos de Informação aos Ministérios da Educação, do Interior, da Fazenda, da Justiça, da Saúde e da Agricultura, acerca de possíveis envolvimentos da Fundação Roberto Marinho com irregularidades fiscais e administrativas, conforme denunciado no livro objeto do inquérito.

Ressalte-se que todos esses Requerimentos de Informação tramitaram em data anterior à de constituição da Comissão. No entanto, seus resultados não foram incorporados como fonte de referência da CPI.

Assim, a investigação limitou-se ao exame do livro, na

quilo que fornecesse de elementos para uma atuação mais aprofundada.

Seu autor, Romêro C. Machado, auditor e, posteriormente, "controller" da Fundação Roberto Marinho, chama a atenção do leitor, no capítulo "Explicação Necessária", para o fato de que "tudo o que compõe estes livros foi objeto de relatórios internos e/ou relatos verbais a pessoas tidas como responsáveis internos pelos assuntos aqui abordados."

Um pouco mais adiante, ressalta que:

"Esgotados todos os recursos de diálogo, após haver da do ciência, por carta e telegrama da intenção de edição destes livros, a José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Boni vice-presidente das 'Organizações Globo'; a Francisco Eduardo Ribeiro, Responsável pela Auditoria de todas as empresas das 'Organizações Globo'; a Nilo Sérgio de Almeida, Diretor Administrativo e Financeiro da Editora Globo, e haver mostrado intenção de ceder prioridade de edição destes livros à própria Editora Globo - desde que sanadas todas as irregularidades denunciadas; impondo, inclusive, sérias e pesadas multas caso não fossem editados tais livros -, vi-me obrigado e compelido a tornar público todos estes assuntos, através da publicação por uma editora ou editoras, que satisfizesse(m) aos meus interesses enquanto autor."

A obra, segundo o autor, faz parte de uma seqüência, intitulada Trilogia Global, que se completa com Inside Globo e Atrás do Espelho, todos versando acerca do mesmo assunto.

Além de três capítulos introdutórios, a essência do trabalho se distribui por cinco capítulos e um anexo, composto também de cinco seções.

Uma visão geral do volume em exame possibilita ao leitor compreender a pressa que se teve de publicar a obra. Se não, veja mos:

a) inexistência de um efetivo trabalho editorial queque aprimorasse a apresentação dos assuntos, com o objetivo de se eliminar as digressões desnecessárias e de se concatenarem as idéias com mais propriedade;

b) praticamente não houve revisão dos originais ou das provas tipográficas, razão da existência de excessivos erros, principalmente de natureza ortográfica e de pontuação;

c) a tentativa de se construir um estilo coloquial, quando se esperava um depoimento objetivo e essencialmente documental, com prometeu a seriedade do assunto, muitas vezes tratado em tom de uma "boutade" quase folhetinesca.

Nos três capítulos introdutórios - "A título de introdução", "Prefácio" (em branco) e "Explicação necessária" -, o autor procura dizer a que veio. Sua grande preocupação, de resto presente na totalidade do trabalho, foi a de deixar explícita sua intenção de dar "aos dirigentes da Fundação todas as oportunidades de recomeçar e higienizar, a partir de um processo de lavar roupa suja dentro de casa".

(grifos originais). E que "foi tentada toda a sorte de comunicação com o Secretário-Geral da Fundação. Mas a certeza da impunidade fez com que a alta direção da Fundação supusesse a minha acomodação e meu amedrontamento de tão grandes e graves problemas, sentindo-se seguros pelo cinturão de fidelidade" (grifos originais); "apostando contra a minha obstinação ou, o mais infantil, contra a minha crença nos meus princípios".

A partir dessas considerações, têm início os capítulos que compõem o cerne do trabalho. Resumidamente, segue-se a constituição de cada um.

No primeiro, intitulado "Antes da primeira auditoria", o autor narra seu cotidiano no trabalho, o relacionamento com os colegas e superiores, incluindo-se o perfil pessoal e profissional de cada um deles.

No segundo capítulo, "A primeira auditoria", mostra a atividade específica dos auditores, ressaltando tratar-se de pessoas odiadas por onde passam, razão pela qual possuem "um incomum e solitário senso de humor, e excessivo instinto de auto-recreação; rindo, permanentemente, de sua própria desgraça, e fazendo piada de tudo que lhe seja adverso". Nesse capítulo, o autor fala da primeira auditoria para a qual fora designado, junto à Fundação Roberto Marinho, e das dificuldades encontradas para a execução da tarefa, mesmo contando com a colaboração de colegas.

"São Paulo, aqui vou eu" é o terceiro capítulo. Aqui, o autor fala de seu lazer como cinófilo e presidente da Associação de Fila Brasileiro do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte do capítulo, no entanto, trata de um trabalho de auditoria realizado na TV Globo - Recife e de sua transferência para São Paulo.

O assunto do quarto capítulo, "A segunda auditoria", é a atividade do autor na área de organização e métodos, do seu trabalho na investigação do emprego de recursos públicos e de empréstimos do BID a programas especiais na área de teleducação, além das desavenças pessoais e de irregularidades internas ocorridas no Sistema Globo de Rádio, na TV Globo - São Paulo, na Rio Gráfica e na Fundação Roberto Marinho. O autor registra, também neste capítulo, seu retorno ao Rio e sua intenção de auditar tudo o que dissesse respeito às Organizações Globo. Aqui, da mesma forma, mostra as disputas internas existentes na empresa.

O último capítulo, "O primeiro confronto", relata casos de sonegação fiscal por parte de artistas e funcionários das Organizações Globo, e da conivência pessoal do autor com as falcatruas, ao testemunhar um caso de suborno e ao facilitar a aproximação de pessoas envolvidas em ilícitos.

Uma visão geral do livro nos permite entender resguardar-se o autor, com efeito, numa personalidade curiosa. Com a mesma rapidez que constrói alianças pessoais, usando-as para atingir os ob-

jetivos de sua auditoria, torna-se, logo após, seu adversário e combatente implacável. Observe-se o que ocorreu entre ele e Francisco Calazans Fernandes, diretor responsável pelo Departamento de Educação da Fundação Roberto Marinho.

No primeiro capítulo, páginas 40 e seguintes, o autor se aproxima daquele funcionário, para colher informações, confessando-se admirador de sua inteligência e de seu bom gosto. Usa da amizade para dele obter documentos, conforme declara:

"Trabalhando mais diretamente o lado pessoal de cada um, fui abrindo e explorando Calazans (...)"

Na página 101, confessa uma "denúncia minha feita (...) de que Calazans havia inchado a estrutura da Fundação, contratando, em massa, um incalculável número de pessoas, sem que houvessem (sic)-recursos para tanto. (Além das contratações, ele promoveu quase todo mundo do departamento dele)". Estava selada a inimizade.

Observam-se, também, mudanças de sentimento em relação ao responsável pela Auditoria das Organizações Globo, Francisco Eduardo Ribeiro, a quem estava reservado o Prefácio do livro, afinal não escrito. O autor parece admirá-lo, a princípio:

"O diálogo (com Francisco) era duro, rasteiro, mas eficiente e franco". (p. 25)

Para depois demonstrar animosidade recíproca:

"(...) passei a precipitar as coisas e partir para um prematuro confronto com o Francisco, não perdendo e não relevando nele o que antes eu aceitava como natural e digerível".

E, logo após:

"Ficou bem claro que haviam (sic) duas correntes: a minha e a do Francisco".

Na página 155, relata que:

"Daí para frente, todo diálogo meu com o Francisco tinha que ser assistido pela turma do deixa-disso. E eu vi que a minha saída da auditoria seria uma questão de tempo".

Já no último capítulo, na página 174, dá mostras de ter voltado às boas com o chefe, ao aconselhá-lo a não participar de empreitada arriscada, num tom de amizade fraternal:

"-Francisco, você está maluco! Você sabe com quem você quer se meter? Com artistas e diretores da Globo, cara! Pirou de vez? (...) Você acha que algum deles irá querer tudo certinho-certinho? (...) Acorde. Você está no Brasil".

A mudança de humor também é vista no respeito pelos funcionários subalternos.

Na página 22, por exemplo, humilha o segurança do edifício:

"Coloco o crachá na frente do segurança e, logo em seguida, ao dar as costas, finjo tirar o crachá e aperto o passo para o elevador. Ele vem seco para cima de mim. No meio do hall paro, me-

xo com alguém e viro-me para o segurança, exibindo o crachá. Ele quer morrer. Olha para mim. Finge que não houve nada e fica fazendo hora. Entro no elevador e à medida que o elevador ameaça fechar a porta eu tiro lentamente e crachá, como num debochado streak-tease (sic), e olho para o segurança interrogativamente".

Entretanto, na página 175, ele condena esse tipo de atividade, praticada por um colega:

"(O Elevador só parava após o sétimo andar. Ítalo ordenou que parasse no quarto andar. Como o cabineiro disse que não podia parar, Ítalo esfregou o crachá prateado na cara do cabineiro e obrigou-o a parar no quarto andar, e ainda humilhou o pobre homem na frente de todo mundo.)"

O envolvimento do autor com a marginalidade assume um tom patético, ao recrutar bandidos para sua segurança e de sua família. Assim, recomenda à esposa, na página 143, caso ele fosse assassinado, não "esboçar qualquer reação, pois o efeito retardado faria a sua parte. E a 'justiça particular' se cumpriria, mesmo depois da minha morte".

E qual seria essa "justiça particular"? Ele a chama de "meus caros amigos de Jacarepaguá, pois, afinal de contas, nada nem ninguém melhor do que eles para lidar profissionalmente com profissionais. Isto, eles sabem fazer melhor do que ninguém. (É certo que às vezes eles se enganam e erram no varejo, explodindo bombas antes do tempo, aleijando quem não deviam, ou falhando no efeito retardado na destruição de uma oficina de jornal. Mas, no atacado, eles acertam em 99% dos casos. E jamais deixam de cumprir um contrato)".

Por fim, nessa listagem de exemplos de instabilidade emocional e de incoerência de conduta, por vezes moralista, outras vezes totalmente desprovida de sentido ético, vale ressaltar a dubiedade de posições do autor perante o vice-presidente de Operações do Sistema Globo de Televisão, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, também conhecido por Boni.

Conquanto descobrisse falcatruas fiscais de responsabilidade de Boni, como pessoa física e como pessoa jurídica (as empresas JOB e VPO), recebe dele e aceita um convite para ser seu assessor, demonstrando conhecê-lo profundamente, conforme atesta esta passagem da página 183:

"Boni é um cara bastante comum: é medroso prum monte de coisas, supersticioso, inseguro, apavora-se diante do místico. É manipulável em seus pontos fracos evidentes. Ou seja: é um cara altamente inteligente para televisão (de uma forma bem localizada), medianamente inteligente para negócios, e burro para um monte de coisas do dia a dia. Na média, eu diria que ele é razoavelmente inteligente, não chegando a ser um sujeito especial ou muito acima do normal".

No mesmo diapasão, lança séria acusação a quem irá assessorar, e a seu filho, numa nota de rodapé, na página 184:

"Em vez de inteligente, a palavra correta é esperto. Maior salário do Brasil, Boni recebe restituição do Imposto de Renda, e seu filho, Boninho, declara à Receita Federal um salário mínimo por mês e mora num apartamento próprio na praia do Pepino no valor de um milhão de dólares".

Conforme se observa, trata-se de uma personalidade profundamente confusa, conforme exprime seu próprio discurso, de forma desordenada, com destaque para as digressões.

Não cabe, de modo algum, buscar analisar essa personalidade a fundo, pois não é nosso propósito enveredar por ângulos que não dizem respeito à missão e à competência desta CPI.

Entretanto, cabe lançar uma indagação pautada em declaração do autor contida na página 181:

" - Francisco... contra bandido, só banditismo. É a única linguagem que eles entendem. O jogo deles não me assusta. Aliás, a gente só se assusta com aquilo que não espera. E nada, e quase nada, me assusta na vida ou na morte. Encostar uma arma em mim? Não será a primeira vez... Levar tiros? Não será a primeira vez. (Tenho um tiro no calcanhar esquerdo e um outro na canela direita). Morrer? Nem isto será a primeira vez... (Eu sofro de catalepsia, e nasci morto. Morri a primeira vez em 11.09.48, no dia em que nasci, na Maternidade Clara Basbaum, na Rua da Passagem, 90, em Botafogo. E graças a um médico, que eu não sei nem quem é - só que se chamava Romero -, acabei 'ressuscitando' de uma morte clínica. Posteriormente, morri mais duas outras vezes, na infância e na juventude. Conseqüentemente, minha próxima morte será a quarta)".

Quanto a essa declaração, fruto de auto-diagnóstico do autor, que se considera cataléptico, cabe tecer alguns comentários, com base exclusiva no dicionário e na literatura psicanalítica.

Em primeiro lugar, ao buscar-se conceituar o termo catalepsia, para se descobrir o significado de cataléptico, à guisa de entendimento desse estranho mal de que padece o autor, lê-se, no Aurélio:

"Estado mórbido, ligado à auto-hipnose ou à histeria, caracterizado por enrijamento dos membros, insensibilidade, respiração e pulsos lentos, e palidez cutânea".

Ora, o autor se refere à sua primeira experiência cataléptica como ocorrida quando de seu nascimento. E, logo, após, na infância. Em tenra idade, torna-se difícil e mesmo impossível supor a existência de um processo de auto-hipnose conduzindo esse estado mórbido. Não haveria qualquer possibilidade de uma criança, ainda mais um recém-nascido, suggestionar-se a ponto de atingir tal enrijamento e outros sintomas, comuníssimos aos jogues com muita experiência, conforme testemunho assíduo de programas de televisão ou de espetáculos circenses.

Não se tratando de um processo de auto-hipnose, por absoluta carência de fundamentação, resta-nos supor - e apenas supor -

a existência de um processo histórico, se nos apegarmos ao mesmo conceito encontrado no dicionário.

Segundo Pierre Janet, citado por Freud em um estudo de caso acerca de Frau Emmy von N., publicado em Os casos clínicos, da Editora Imago, página 100, "a disposição histórica consiste numa restrição anormal do campo da consciência (devido à degenerescência hereditária) que resulta num desprezo de grupos inteiros de idéias e, posteriormente, a uma desintegração do ego e à organização de personalidades secundárias".

Reforçando a idéia de que os processos históricos são fundamentalmente determinados pela "degenerescência hereditária", o mesmo Freud, ainda na obra citada, página 119, ao discutir o caso de uma paciente, Miss Lucy R., traça um paralelo entre a histeria de fundo hereditário e a histeria adquirida, chamando a atenção para a raridade ou, talvez, a impossibilidade de existência dessa segunda hipótese. Veja-se:

"Na realidade, quando considero a história deste caso mais detidamente, sou tentado a vê-lo como um exemplo modelo de um tipo particular de histeria, a saber, a forma dessa moléstia que pode ser contraída, mesmo por uma pessoa de boa hereditariedade, como resultado de experiências apropriadas. Deve-se compreender - aduz Freud - que não estou falando de uma histeria independente de qualquer disposição preexistente. É provável que tal histeria não exista. Mas não reconhecemos uma disposição dessa natureza numa pessoa até que ela realmente se tenha tornado histórica, pois anteriormente não havia provas da sua existência", conclui o pai da Psicanálise.

O que se pretende dizer com toda essa incursão na teoria psicanalítica? Apenas buscar uma justificativa para o autor de A fundação Roberto Marinho, ao dizer-se cataléptico.

Já vimos da impossibilidade de tal morbidez instalar-se por consequência de processos auto-hipnóticos, pois já ao nascer o autor padecia desse mal. Sobrou-nos, pois, compreendê-lo como de fundo histórico, como todo o arsenal interpretativo oferecido por Freud: uma histeria hereditária - como acontece em todas as reações históricas -, passível de ocorrer num recém-nascido ou numa criança.

Além disso, confirma-se a suposição pela existência de uma sintomatologia ligada ao "desprezo de grupos inteiros de idéias e, posteriormente, a uma desintegração do ego e à organização de personalidades secundárias". Esse aspecto já fora detectado quando se analisou o desenvolvimento e a organização do livro eivado de digressões e de intercalações, aliado ao relacionamento instável do autor com pessoas e com suas próprias convicções.

Com efeito, os ataques históricos se fazem manifestar, em sua primeira fase, por reações epiléptoides, conforme sentenciam Brenner e Freud em seu estudo acerca do tema. A seguir, ressaltam eles, vêm a fase dos grandes movimentos, a fase alucinatória e, por últi-

mo, o delírio final. Estudo pormenorizado dessas fases, em especial a terceira, encontra-se no trabalho A histeria, de Sigmund Freud.

É possível, com isso, chegar à suposição - e apenas à suposição - de que a reação epiléptóide presente no primeiro momento de um ataque histérico pode, decerto, indiciar algo como o estado cataléptico de que o autor se viu acometido.

E, assim sendo, assume-se a presença de todo um quadro de confusão mental característica daquele estado mórbido, ao qual o conteúdo do livro em exame não soube escapar.

Tal aspecto fica do mesmo modo patente em outra informação cedida pelo autor nesse trecho da página 181, em exame:

"Levar tiros? Não será a primeira vez. (Tenho um tiro no calcanhar esquerdo e um outro na canela direita.)"

A curiosidade do leitor e, em especial, do analista da obra se aguça, na busca do entendimento acerca dessa declaração. Em que circunstâncias teria o autor sido alvejado? É bem provável que a resposta à questão pudesse não só satisfazer o leitor curioso, mas também auxiliar na elucidação das condensações presentes em boa parte da obra, fruto natural de impulsos reprimidos pela fantasia e pela defesa próprias do estado histérico.

A par dessas considerações, cumpre aditar que o inventário de todas as alterações de pensamento, do juízo e da afetividade constatadas pela leitura da obra indicam a necessidade de um exame especializado da personalidade de seu autor, antes que se faça qualquer consideração mais aprofundada. Essa precaução objetiva acautelar o Legislativo quanto aos riscos de abrigar denúncias fruto da visão de personalidades não definidas de modo claro e transparente.

Esboça-se, em realidade, constante alteração de pensamento lógico, presente no decorrer da narrativa, indício da existência de uma personalidade acima de tudo querelante.

O sentimento do ódio, comum a toda obra, produz o aparecimento do instinto de auto-recreação, embora desviado de seu fulcro. As brincadeiras dos auditores (e do auditor Romêro C. Machado) e seu "incomum e solitário senso de humor, e excessivo instinto de auto-recreação", conforme assegura o autor no segundo capítulo, sugerem a transformação da pura qualidade em consideração de ordem quantitativa. O solitário transforma-se, assim, em conduta social pública.

Ao denunciar, na página 101, a existência de contratações e de promoções sem que houvesse recurso financeiro para tanto, o autor demonstra alterações do juízo da realidade e de valor. De fato, existe uma impossibilidade lógica de se contratar acima dos recursos disponíveis. Tal atitude é incompatível com a saúde e a sobrevivência de qualquer empresa.

Sua relação com Francisco Eduardo Ribeiro constitui-se

numa sucessão de sentimentos contraditórios e ambivalentes, o que também se constata na sua convivência com funcionários humildes. Nesse aspecto, sua conduta é absurda, consistindo em provocar para humilhar, procedimento incompatível com seus sentimentos e preocupações de justiça e honradez expressos na intenção geral de sua obra.

Constata-se, também, inconsistência na configuração do universo do autor, onde os esquemas perseguido-perseguidor, corrupção-honestidade, conduta perversa-conduta generosa definem-se como posições e posturas extremas que excluem mediação, bom-senso, equilíbrio, permanência, persistência, formas de ser e proceder tão necessárias a uma vida balizada pela normalidade, tolerância e entendimento, o que não exclui o exercício da cobrança e da observância de normas morais e compromissos éticos.

CONCLUSÕES

A proposta de Roméro C. Machado, ex-auditor e ex-controller da Fundação Roberto Marinho absorve contornos de sintomas, sem que, com isso, haja elementos substantivos para se chegar ao diagnóstico do verdadeiro significado de suas afirmações.

Em verdade, se analisado o conteúdo das páginas 112 e 113, onde se encontra o rol dos "principais casos, a começar por aqueles que implicavam em intervenção pelos órgãos públicos", não se encontra respaldo efetivo para se considerar razoável a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Trata-se, sustentado pelo discurso que permeia o livro, de um conjunto de digressões adjetivas, inconsistentes ao propósito de convocação do Legislativo para examinar, em Comissão, a pertinência das afirmações, considerando-se, assim, como afirmações, o projeto básico do livro.

Não nos sentimos à vontade para levar a cabo o inquérito, por absoluta falta de convicção de encontrarmos algo de mais preciso a justificar o chamamento de depoentes ou a requisição de documentos para análise.

Os anexos, a partir da página 187, não possuem o necessário vínculo com o corpo do trabalho, tal como alguma forma de orientação para o entendimento da documentação facsimilar ali contida.

A hipótese de se chamar alguém a depor esbarra na dúvida: a quem chamar? Talvez ao próprio autor das afirmações, e com muita cautela. E apenas a ele.

A proposta de elaboração de um texto menos rígido-quer quanto à forma (de feição autobiográfica e desatenta à norma gramatical), quer quanto ao conteúdo (displicente e insustentado) - comprometeu a legitimidade da pretensa denúncia insculpida na capa.

De um modo geral, cabe indagar da razão de se auditar a vida particular dos funcionários. Por que ater-se a casos de sonega

ção fiscal de pessoas físicas, quando o motivo específico do trabalho seria a Fundação? Contra ela, efetivamente, nada foi levantado que merecesse um exame mais acurado.

Observe-se a demonstração do autor da impossibilidade de documentar suas assertivas, segundo se lê na página 120:

"As informações off eram muito interessantes. Davam conta de roubos, desvios, abusos, e uma infinidade de irregularidades numa única produção".

Entende-se por "informação off" aquela cuja fonte não se identifica, tornando-se, pois, inócua e desprovida de valor legal.

A auditoria executada serviria apenas interna corporis. As informações, comumente obtidas "em off", nem para isso. Veja-se, como ilustração, a seguinte passagem constante das páginas 121 e 122:

"Sem contar os abusos elitizados: aluguel de avião (proibido sem a autorização da vice-presidência de operações) para passeios sob a alegação de que seria para escolher locais para tomadas; brincadeiras de 'duro-na-queda' com carros alugados como se fossem para a gravação (vários foram literalmente destruídos; no 'enduro da produção'; e o mais triste, os atentados aos animais: mataram, para dar 'realidade', a jaguatirica que na tela aparece como morta pelo Riobaldo (Tatarana) Toni Ramos; mataram, de sacanagem, um tamanduá e vários animais silvestres; fizeram churrasco com um jacaré emprestado pelo IBDF local; mataram dezenas de passarinhos que ficavam amontoados em caixotes, e que seriam liberados (sic) e jogados para o alto, para que a imagem dos pássaros libertos fosse sobreposta à do véu da noiva Diadorim Bruna Lombardi no sonho de Riobaldo; os cavalos que deveriam ser 'mortos' em cena, eram violentamente drogados para darem alguns passos e logo caírem com seus cavaleiros, simulando morte por tiro. (Alguns destes cavalos morreram com problemas cardíacos)".

Afora o aspecto ecológico e o respeito pela vida animal, trata-se de esclarecimentos prosaicos e desimportantes ao propósito do livro.

Pairam, como últimas considerações, duas indagações que, por mais perspicaz seja o leitor, dificilmente terão resposta.

Uma delas diz respeito às novas funções a serem assumidas pelo autor, como assessor de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho. Se o conceito do assessorado não é, definitivamente, dos melhores perante o auditor, qual sentimento moveu-o a aceitar o convite? Apenas poder bisbilhotar, de perto, as contas do vice-presidente? Dificilmente. Não haveria dividendos maiores a colher com esse procedimento.

A segunda questão, talvez a mais importante indagação presente em todo o livro, desde os capítulos introdutórios, diz respeito aos propósitos manifestos pelo autor quanto à edição do trabalho. Quando ele confessa "haver mostrado intenção de ceder prioridade de

edição destes livros à própria Editora Globo", o que realmente quis? Ou em que acreditou? Que a Editora das Organizações Globo publicasse algo possivelmente em desacordo com seus interesses? Obviamente, não! Que lucro, então, obteria o auditor com a esperada recusa?

Ficam essas perguntas no ar, por impossíveis de serem respondidas por quem não fosse o próprio interessado.

Diante dessas considerações, cumpre a esta Relatoria:

1. considerar inconsistentes as afirmações contidas no livro Afundação Roberto Marinho, a ponto de levá-las a inquérito mais aprofundado;

2. considerar despropositadas ao interesse público informações de caráter estritamente interno à administração da Fundação Roberto Marinho;

3. considerar duvidosos os interesses que moveram o autor do livro Afundação Roberto Marinho a dar divulgação pública a seu trabalho.

Assim exposto, e não havendo o que apurar, o Parecer conclui pelo encerramento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Reuniões, em 6 de dezembro de 1990.

Odacir Soares

ODACIR SOARES
, Presidente

Francisco Rollemberg

FRANCISCO ROLLEMBERG
, Relator

Mauro Benevides

- MAURO BENEVIDES

Antônio Luiz Maya

- ANTONIO LUIZ MAYA

Adolfo Oliveira

- ADOLFO OLIVEIRA

Jorge Arbage

- JORGE ARBAGE

Eraldo Tinoco

- ERALDO TINOCO

Meira Filho

- MEIRA FILHO

Carlos de Carli

- CARLOS DE CARLI

Raimundo Lira

- RAIMUNDO LIRA

- GASTONE RIGHI

Amunil

-JOSÉ FOGAÇA

Wm Martins

-WILSON MARTINS

Mir Stehning

-EURICO RIBEIRO

Paulo Ramos

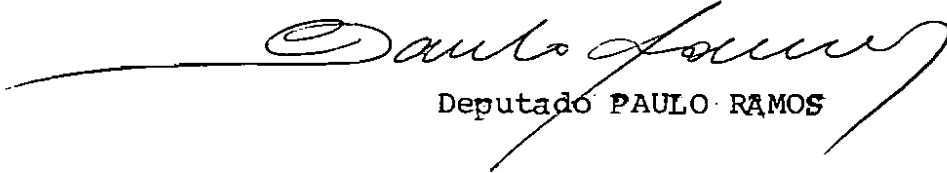
-PAULO RAMOS (vencido com
declaração
de voto)

*vencido com declaração
de voto*

DECLARAÇÃO DE VOTO

Manifesto a minha discordância em relação ao Relatório do Relator, Senador Francisco Rollemberg, visto que em face de dificuldades diversas, a CPI Mista não realizou os seus trabalhos, não chegando, sequer, a promover as reuniões regimentais e necessárias à apuração da verdade.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 1990



Deputado PAULO RAMOS